CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NA CONTEMPORANEIDADE: inflexões na produção de conhecimento em Serviço Social

Yanca Virgínia Araújo Silva[1]
Mônica Barros da Nóbrega[2]

RESUMO

O trabalho ora apresentado versa sobre a contrarreforma do ensino superior no Brasil e as inflexões no âmbito da pesquisa e da produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro. Resulta de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, alicerçada no materialismo histórico dialético, com o objetivo de adensar o debate sobre o processo de contrarreforma do ensino superior no Brasil a partir da crise estrutural do capital, considerando o contexto pandêmico, o desenvolvimento da política neoliberal e a subsunção do conhecimento ao capital, materializados nos mecanismos de mercantilização e privatização, partindo da compreensão de que o sistema educacional brasileiro, tampouco, o Serviço Social e a produção de conhecimento não são instâncias isentas de contradições.

Palavras-chave: Contrarreforma do Estado; Ensino Superior; Serviço Social; Produção de Conhecimento.

ABSTRACT

The work presented here is about the counter-reform of higher education in Brazil and the inflections in the scope of research and knowledge production in the Brazilian Social Service. It is the result of an exploratory bibliographical research, based on dialectical historical materialism, with the objective of deepening the debate on the process of counter-reform of higher education in Brazil from the structural crisis of capital, considering the pandemic context, the development of policy neoliberalism and the subsumption of knowledge to capital, materialized in the mechanisms of commodification and privatization, starting from the understanding that the Brazilian educational system, neither, the Social Service and the production of knowledge are not instances free of contradictions.

Keywords: State Counter-Reformation; Higher Education; Social Service; Production of Knowledge.

[1] Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestranda em Serviço Social. yancavasilva@gmail.com
[2] Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutora em Serviço Social/UFPE. monicabnobrega@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca discutir o processo de contrarreforma do ensino superior no Brasil a partir da crise estrutural do capital, somado ao contexto pandêmico da covid-19, considerando o movimento da realidade social e seus desdobramentos no âmbito da pesquisa e da produção de conhecimento do Serviço Social.

A proposta em tela foi construída a partir do acúmulo sobre a temática e fomentada pelo debate coletivo travado no Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Trabalho e Proteção Social/GETRAPS, do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB,) que vem desenvolvendo estudos, pesquisas e reflexões críticas no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social.

A compreensão que se segue é de que o sistema educacional brasileiro bem como o Serviço Social e a sua produção de conhecimento está inserido na realidade dinâmica e contraditória do real, não estado isentos de inflexões, de avanços e de recuos. Isto posto, adotamos como perspectiva teórica a teoria social crítica, com o propósito de revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto de estudo no sentido de apreender o real em suas múltiplas determinações. Teoria esta que adota o método de análise fundamentado na razão dialética, tendo como eixo categorial a totalidade, a contradição, a mediação e a historicidade.

Buscar os fundamentos ontológicos a que se pretende na realidade social, examinando-a no seu processo de totalização, considerando a realidade como uma totalidade em processo, é condição *sine qua non* de toda análise que se pretende materialista histórica e crítico-dialética, nos termos de Guerra (2020).

Assim, destacamos que a fundamentação sócio-histórica dessa realidade concreta se situa no contexto das transformações societárias operadas nas últimas 03(três) décadas do século XX, que sedimentaram uma nova fase do modo de produção capitalista. Fase esta que emergiu no curso dos anos 1970, embora já sinalizada na década anterior, e, num processo contínuo demarcado pelo ano de 2008, vem impactando brutalmente o mundo do trabalho, colocando desafios às mais diversas profissões.

Portanto, inicialmente elaboramos uma Introdução, na qual apresentamos o objeto de estudo, os objetivos e a perspectiva teórico-metodológica adotada no trabalho. Na sequência, construímos o tópico denominado "a subsunção do Estado ao capital, e a contrarreforma do ensino superior brasileiro**",** em seguida apresentamos "os rebatimentos da crise na produção de conhecimento em Serviço Social". Para finalizar elencamos nossas considerações finais e catalogamos as referências utilizadas.

2 A SUBSUNÇÃO DO ESTADO AO CAPITAL, E A CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

As metamorfoses expressas no surto de *crash* das bolsas de valores no atual estágio da reestruturação capitalista vêm operando ofensivas aos direitos e às políticas sociais, visando a um só tempo, o enfrentamento de mais um ciclo da reincidente crise estrutural do capital, tendo como eixo norteador o tripé: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal.

No Brasil, as respostas acionadas para atender o processo de valorização do capital assumem um caráter reacionário, contrarreformista, em execução até hoje, atendendo aos ditames dos organismos internacionais (Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio), logo após a redemocratização do país e a outorga da Constituição Federal de 1988.

Segundo Pereira (2012, p. 74), os resultados revelam a "destruição das frágeis conquistas democráticas consignadas na Constituição, praticada pelo Estado ou com o seu aval", acelerando ainda mais a destruição dos direitos sociais e trabalhistas a serviço do grande capital.

O país que acabara de livrar-se do poderio militar (1964-1985), já se deparava com o poder econômico do capital financeiro internacional, no contexto do "novo imperialismo" (HARVEY, 2014).

No seio mesmo da redemocratização do país, o projeto contrarreformista ganha materialidade, sobretudo, no governo de Fernando Henrique Cardoso- FHC (1995-2003), com a elaboração do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (1995),

cujo compromisso foi de inserir as economias periféricas no processo de globalização transnacionalizada e financeirizada.

No rol das contrarreformas desenvolvidas podemos destacar àquelas efetivadas na política de educação superior que impactaram, sobremaneira, o desenvolvimento da produção de conhecimento no país.

O governo de FHC conduziu um conjunto de medidas alinhadas aos interesses do capital e impulsionou uma grande expansão do ensino privado no país. Segundo Abramides (2012), no ano 2000, o salto quantitativo das instituições de nível superior foi de 78,52%, e aconteceu simultaneamente à precarização do ensino público que fora parte da conquista democrática.

Por conseguinte, a educação apesar de ter passado a condição de direito social, assumiu um caráter de serviço, podendo assim ser ofertado não só pelo Estado, mas por Instituições de Ensino Superior- IES públicas e privadas, como afirma Lima e Pereira (2009). Intensificar o processo de privatização e reduzir políticas sociais à condição de mercadoria é o propósito do grande capital que o Estado vem regulamentando com excelência.

A criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos- PROUNI são exemplos do projeto contraditório de mercantilização versus universalização do ensino dos governos petistas, pois o acesso a bolsas de estudo destinadas a estudantes de baixa renda de ambos os programas, veio atrelado ao repasse de recursos públicos para as IES privadas.

Esse processo de desresponsabilização estatal se aprofundou ainda mais após a implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI, em 2007, impondo alterações na estrutura acadêmica e no arranjo das universidades públicas.

Segundo as análises de Lima e Pereira (2009), o Programa teve como objetivo uma ampliação desenfreada do número de vagas nas Universidades Federais, porém sem que acompanhasse, concomitante a isso, a adequação das necessárias condições para o desenvolvimento de uma formação de qualidade.

Os desmontes às políticas sociais se aprofundaram, sobretudo, no ano de 2016, num contexto de imensas insatisfações, e manifestações reacionárias

antipetistas e anticomunistas, que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma, num show de horrores promovido pelo Congresso Nacional.

Michel Temer é empossado na sequência do golpe parlamentar, jurídico, midiático[3], arquitetado com o apoio de empresários e lideranças religiosas, abrindo terreno na cena política para o fortalecimento de blocos da extrema direita brasileira.

Com o argumento de equilibrar os gastos públicos, no curto espaço de tempo do seu mandato, Temer propôs medidas drásticas na tentativa de conter a crise, a partir de um novo regime fiscal. Nas palavras de Abramides (2017, p. 370), Temer "aprofunda e acelera ainda mais a destruição dos direitos sociais e trabalhistas a serviço do grande capital".

Dentre as mudanças ocorridas ganham destaque a aprovação da Emenda Constitucional- EC nº 95 de 15 de dezembro de 2016, responsável só no ano de 2019, pela redução orçamentária de mais de R$ 20 bilhões na política de saúde, conforme estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2020).

Também no governo Temer, foi possível observar uma forte sintonia entre a pauta da contrarreforma e a agenda política do capital bancário, evidenciada por meio do relatório "Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil" [4], lançado pelo Banco Mundial, cujas prescrições se voltam para o sucateamento das universidades federais, considerando o estrangulamento orçamentário das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Instituições de Ensino Superior (IES), com ajustes fiscais, congelamento de concursos e salários, além de uma notável desvalorização da carreira docente.

Com a corrida das eleições presidenciais no ano de 2018 Bolsonaro encontrou um terreno fértil para divulgar suas ideias reacionárias e ultraconservadoras alinhadas ao pensamento da extrema direita brasileira. Como estratégia de superação da crise capitalista, a atual administração vem se constituindo numa grande ameaça aos direitos sociais e conquistas civilizatórias.

---

[3] Para maior aprofundamento sobre o assunto consultar: ANDRÉ, Singer, et. al.(2016).
[4] Consultar: BANCO MUNDIAL**. Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil: v. 1. [S. l.]: Banco Mundial, 2017.

Bolsonaro já no início do seu mandato deixou claro a quem serviria (ao grande capital), e assim como os governos que o precederam ele não só deu continuidade à agenda neoliberal, como intensificou o processo de desmonte. A educação, especificamente, é o grande alvo dos seus ataques.

Pode-se afirmar que toda a problemática, para além do sucateamento e precarização da educação pública, sobretudo da educação superior, envolve uma guerra ideológica notadamente em sua versão neoconservadora, que se volta contra os diferentes modelos explicativos da realidade, tendo como foco central, a validade teórica do marxismo e da razão dialética na apreensão do mundo em transformação.

Destarte, são lançados questionamentos que se dirigem à crítica a razão, afirmada como instrumento de repressão e padronização. É proposta, pois, a superação das utopias e das análises totalizantes (NETTO, 2012).

Na medida em que aponta como ilegítimas e obsoletas as ideias e práticas da perspectiva crítica, cumpre uma função ideológica de sustentação e de legitimação do *status quo*, através do conjunto das suas ideias e mecanismos, que tendem a reforçar regras, comportamentos, hábitos e práticas sociais funcionais e necessários à lógica capitalista (JAMENSON, 1996).

Sobre esse aspecto, MARX (2002, p. 24) já assentia:

> Não interessa mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente [...]. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética."

Em lugar do debate de natureza científica e histórica prevalece o negacionismo e a ignorância humana com retrocessos ao irracionalismo e obscurantismo no pensamento, onde são questionadas verdades, descobertas científicas e fatos históricos. O terraplanismo, o questionamento da validade das vacinas evidenciado, sobretudo, com a crise sanitária do novo coronavírus, e a negação do caráter ditatorial do regime militar no Brasil, o que expressa à desqualificação do conhecimento científico.

Para Leher (2019), no momento atual há um “elemento ideológico de justificação assentadas em formas de pensar o mundo que são irracionalistas, antisecularistas e hostis à perspectiva de laicidade das coisas públicas”. Isso porque as universidades, enquanto espaço de produção e sociabilização de conhecimento passam a ser desqualificadas como reduto de desordens, balbúrdias, de plantação e consumo de maconha, de doutrinação marxista, dentre outros[5].

Todo esse cenário de desmonte tem representado um verdadeiro risco à qualidade do processo de formação acadêmico-profissional, bem como à produção de conhecimento, particularmente num contexto marcado pelo espraiamento de *fakes news* em mídias sociais, encabeçadas pelo guru Olavo de Carvalho, conhecido e ovacionado por grupos simpatizantes de suas teorias conspiratórias, anti-intelectuais e negacionistas, que vem cumprindo um papel significativo na disseminação de seus discursos de ódio para com a educação.

Considerando a particularidade dos países periféricos como o Brasil, caracterizados por sua economia dependente, tudo indica que as transformações ocorridas nessa terra escancaram a desastrosa subsunção das políticas educacionais ao capital.

Destarte, à medida que a falácia das contrarreformas neoliberais em nosso país se releva, em favor dos interesses do grande capital e em detrimento das necessidades e direitos das classes trabalhadoras, a situação a qual nos encontramos nesse ano de 2020 tem tornado mais visível e aguda a crise capitalista (YAZBEK et al., 2020).

3 OS REBATIMENTOS DA CRISE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social, como já dito anteriormente, enquanto profissão e área de conhecimento sofrem grandes influxos em razão da crise econômica, sanitária, político-ideológica e institucional instaurada no país, com interferências tanto no

[5] Consultar:<https://exame.com/brasil/ministro-da-educacao-diz-que-universidades-federais-plantam-maconha/>.

exercício profissional e no processo de formação, como também, e, sobretudo, na produção de conhecimento.

As implicações da crise no que se referem ao exercício profissional, segundo Guerra (2010), vão estar ligadas à flexibilização como uma forma de precarização do trabalho dos/das assistentes sociais, tanto como segmento da classe trabalhadora, como profissional que atua diretamente no âmbito dos serviços, das políticas e dos direitos sociais.

Para esta autora, a precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões, quais sejam, desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, frágil organização profissional, dentre outras.

Nesse cenário de disputa de direitos entre capital *versus* trabalho, a política de educação superior se destaca com o surgimento de inúmeras instituições de Ensino à Distância (EAD), bem como as instituições privadas, provocando a precarização da formação profissional e refletindo a mercantilização do ensino superior no Brasil, onde a lógica quantitativa assume o estatuto central em detrimento da qualidade do ensino.

Essa lógica fez com que a educação superior alcançasse o estágio de "mercado de financiamento", a partir da criação de programas diversos, a exemplo do FIES e do PROUNI (NETTO, 2016, p. 50).

Através das análises realizadas por Pereira (2018, p. 191) sobre as modalidades de ensino no Brasil podemos constatar:

> [...] em 2000, as matrículas em cursos presenciais somavam 2.694.245 e aquelas de cursos EaD totalizavam 1.682 (INEP, 2002), em 2015 as matrículas presenciais dobraram para 6.633.545 (crescimento de 146,21%, cursos presenciais), enquanto as de EaD passaram a totalizar o vertiginoso quantitativo de 1.393.752 matrículas, com um crescimento da ordem de 82.762,78% (INEP, 2015). [...]em termos absolutos, a tendência é de que, nos próximos anos – permanecendo o crescimento exponencial constatado –, a predominância seja de matrículas em cursos de graduação na modalidade de EaD.

Como consequência, temos além do aligeiramento da formação acadêmico-profissional, a precarização do ensino superior público, e a consequente fragilização dos pilares que compõem a Universidade (ensino, pesquisa e extensão), ao contrário

do que preconiza os princípios da ABEPSS, sobre “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social”, de 1996, com destaque para o que diz respeito ao “estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade”; e “indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.” (ABEPSS, 1996, pp. 6-7).

As consequências disto para o Serviço Social extrapola o nível da formação, acarretando nos sujeitos profissionais uma apreensão, e, consequentemente, uma intervenção fragmentada e focalizada do real, com reforço a práticas imediatistas, centradas em soluções rápidas e deficitárias de mediações necessárias para a captação dos fenômenos sociais em sua essência.

Além do mais, outro aspecto a ser destacado nesse contexto são as repercussões para a produção de conhecimento na área, a exemplo do avanço do pensamento pós-moderno no interior das Ciências Sociais e Aplicadas, especialmente, no âmbito das pós-graduações, que vem tentando invalidar o caráter teórico científico do marxismo e dos modelos explicativos da modernidade, e, trazendo para o meio acadêmico, apreensões fragmentadas do real. Ao passo que o ideário em questão imprime questionamentos e recusa à razão dialética, de igual forma, acaba por tensionar a direção do projeto profissional, qual seja: a fecunda interlocução com o referencial marxiano/marxista, e, portanto, com a razão crítico-dialética.

Vale destacar que foram os influxos da tradição marxista que deram o tom ao debate profissional, contribuindo, dessa forma, para maioridade intelectual do Serviço Social no Brasil, fornecendo a esta profissão um debate crítico (NETTO, 1996,), bem como, o seu reconhecimento e validação acadêmica como área de produção de conhecimento (MOTA, 2013), e, sobretudo, a constituição de uma vertente crítica.

Santos (2007) ressalta que a ideologia pós-moderna não desqualifica integralmente o projeto ético-político, mas disputa com ele a predominância no interior da profissão, apresentando valores como a democracia, a cidadania – expressões do direito burguês (conteúdo reformista), como sendo valores universais, finalidades últimas da ação profissional.

Cantalice (2013, p. 128) chama atenção para os impactos dessa ideologia do capital no campo da produção do conhecimento do Serviço Social, que vem

conquistando espaço nos programas de pós-graduação, e, dessa maneira, “inaugura novos conflitos no que tange aos valores e concepções consolidados no âmbito do projeto ético-político profissional”. A autora destaca que estes conflitos apontam para um caminho regressivo, “sob a lógica da serialidade, do imediato e da alienação, o que pode ao fim permitir o retrocesso da profissão em termos de projeto e de consciência”.

É imprescindível destacar que a pós-graduação *stritu sensu,* através dos cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado, visa não só formar pesquisadores para manipular instrumentos e técnicas de investigação, mas, sobretudo, formar professores (as) e recursos humanos altamente qualificados para responder às expressões do real concreto, e problematizar temas de interesse social e coletivo. Apesar da relevância atribuída à investigação como elemento transversal da graduação, é na pós-graduação que se formam pesquisadores.

Cabe destacar que esta produção, nos dias atuais, vem sendo prejudicada, sobretudo, com a redução de investimentos nos cursos de graduação e pós-graduação, o corte e suspensão de bolsas e incentivo às pesquisas – em especial, aquelas destinadas às Ciências Humanas e Sociais.

Conforme Sguissardi (2020), o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2020 previu uma diminuição de recursos para funcionamento e pagamento de bolsas e auxílios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de cerca de 40% em relação a 2019. Em 2020, o seu orçamento corresponderá cerca de 30% do de 2015, quando a quantidade de programas de pós-graduação era de 2.057 contra os cerca de 4.300 atuais e o de mestrandos e doutorandos era de 163.671 contra os cerca de 400.000 atuais.

Com a publicação da Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, a qual veta investimentos e prevê a fusão e/ou redução da área de humanidade de Programas de pós-graduação nota 3. Esse quadro impõe desdobramentos negativos para o Serviço Social, com graves ameaças da possibilidade de extinção de Programas.

As produções de conhecimento dessas áreas, de forma diversa e particular, vêm sendo historicamente voltadas a críticas às contradições do modo de produção

capitalista, e às desigualdades inerentes ao próprio sistema, o que talvez justifique os ataques sofridos.

De certo, o que tem havido, nessa quadra histórica, é uma profunda desqualificação da produção do conhecimento e da pesquisa comprometida com a defesa dos valores humanos e sociais, e da natureza. Nesse momento trágico em que muitas vidas estão sendo ceifadas por um vírus ainda misterioso, o governo segue negando a ciência, a gravidade da doença e dos seus impactos na sociedade.

Logo, os Programas de Pós-Graduação são pressionados a cumprir prazos para fechar a avaliação do quadriênio da CAPES, e são impulsionados a cumprir metas em tempos exíguos, como se nada estivesse acontecendo. Cabe destacar aqui a relevância que essa avaliação tem para os programas, em particular, para o Serviço Social, pois se para alguns significa a sua sobrevivência e/ou manutenção, para outros pode representar o seu fim.

Para além dos aspectos até aqui expostos, os ataques à liberdade e a autonomia universitária com a nomeação de interventores (as) para ocupar o cargo da reitoria nas Universidades Federais[6], também vem sendo mais uma investida recente, que tenta, a todo custo, recuperar práticas de um passado, que ainda assombra a população brasileira.

Diante deste desalentador quadro, as entidades organizativas da profissão Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) vêm se opondo intransigentemente a todo e qualquer ataque da política conservadora e ultraneoliberal do governo. Dentre tantas ações coletivas, destaco aqui a nota técnica “Família e Políticas Públicas: o acúmulo da pesquisa no Serviço Social” lançada pela ABEPSS, contrária ao Edital 02-2021 CAPES, cujo objetivo é de “patrulhar, coagir e

[6] Professores criticam nomeação de reitor da UFPB indicado por Bolsonaro. Consultar :/</educacao.uol.com.br/noticias/2020/11/05/professores-criticam-nomeacao-de-reitor-da-ufpb-indicado-por-bolsonaro.htm> Acesso

censurar as/os pesquisadoras/es, inviabilizando o pluralismo indispensável à produção de conhecimento”[7].

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações expostas, é possível perceber que nos países de economia tardia como o Brasil, apesar de se ter uma Constituição Federal que propõe a universalização do atendimento, a igualdade e qualidade dos serviços prestados à população, as políticas sociais, em especial, a política de educação superior, vêm se operando com características contrárias a tais princípios, visto que o Estado têm empreendido os recursos públicos para a reprodução do capital em detrimento do financiamento da reprodução do trabalho.

Podemos dizer que o atual contexto vem apresentando antigos e novos desafios para a produção do conhecimento, particularmente, no Serviço Social, visto que esta profissão busca desvendar as contradições do capitalismo e tem como horizonte instrumentalizar a pratica profissional, vislumbrando a emancipação humana.

Destacamos que, neste contexto ataques a pesquisa em geral, e particularmente, a pós-graduação em Serviço Social cumpre um papel decisivo, dado o seu direcionamento acadêmico e não profissionalizante, no sentido de “(...) contrapor-se radicalmente às iniciativas que, sob a égide de respostas às questões presentes no cotidiano profissional, podem retroceder em busca do aplicado, do eficaz, postando-se como instância formadora para o ‘trabalho complexo’” (MOTA, 2013, p. 20).

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Nota Técnica sobre Família e Políticas Públicas em contraponto ao Edital 02-2021 CAPES.** Brasília, 2021. Disponível em:

[7] ABEPSS lança Nota Técnica sobre Família e Políticas Públicas em contraponto ao Edital 02-2021 CAPES. http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nt-abepss-marco-21-20210326210838118119 0.pdf. Acesso em: 10 mai. 2021

http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nt-abepss-marco-21-20210326210838118190.pdf. Acesso em: 10 mai. 2021

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro. Rio de Janeiro, 1996.

ABRAMIDES, M. B. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade,** nº. 129**.** São Paulo: Cortez, 2017, p. 366-386.

ABRAMIDES, M. B. As contrarreformas do ensino superior e a luta pela educação de qualidade. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 7–26, 2015. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8635009. Acesso em: 4 mai. 2021.

ANDRÉ, Singer, et. al. **Por que gritamos golpe**? Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016 (Tinta vermelha).

BANCO MUNDIAL**. Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil: v. 1. [S. l.]: Banco Mundial, 2017. Síntese. Disponível em: https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report. Acesso em: 31 jul. 2021.

CANTALICE, L. B. de O. As incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social. **Tese** (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013, 245 f.

GUERRA, Y. Trabalho e formação profissional: desafios e perspectivas atuais ao Serviço Social brasileiro. In: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. B. (org.). **Serviço social:** formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos. Teresina: EDUFPI (e-book), 2020.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social e Sociedade**, n.º 104. São Paulo: Cortez, 2010, p. 715-736.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2014, 8. ed.

INESC. **O Brasil com baixa imunidade –** Balanço do Orçamento Geral da União **2019**. abr. 2020. Disponível em: https://www.inesc.org.br/obrasilcombaixaimunidade/. Acesso em: 07 jan. 2021.

JAMENSON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

LEHER, R. Universidades Públicas e a Crise da Democracia no Brasil. 27 nov. 2019. **Palestra proferida no II Seminário Internacional de Políticas Públicas Educacionais, Cultura e Formação de Professores (III SIPPECFP) e o XIV Seminário Nacional de Políticas Públicas e Currículo (XVI SNPPC)**. Belém-Pará. ICED/PPGEP/ UFPA. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fV_RPMv7mQ8. Acesso em: 12 jan. 2021.

LIMA, K. R. de S.; PEREIRA, L. D. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**. Pelotas: UCPel, 2009, v. 15, nº 131-50.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política (Livro 1). 19. ed. v. 1-2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002,

MATOS, M. C. de. **Pandemia do coronavírus (Covid19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. Mimeo 2020. Disponível em: http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**. Florianópolis: UFSC, 2013, p. 17-38. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300003.> Acesso em: 06 de jul de 2019.

NETTO, J. P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. *In:* SILVA, M. L. de O. (org.). In: **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016, p.49 – 76.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias.*In:* **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2012, n.º 111, p. 413-429.

NETTO, J. P. Transformações societária e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.º 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez Editora (Coleção Questões da Nossa Época), n.º 20, 1992.

PEREIRA, L. D. Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. *In:* **Revista Katálysis**, v. 21, n.º 1. Florianópolis: UFSC, 2018, p. 189-199.

PEREIRA, P. A. P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *In:* **Serviço Social e Sociedade,** n.º 112. São Paulo: Cortez, out./dez. 2012, p. 729-753.

PINTO, M. B. A contrarreforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social. **Revista Ágora**: Políticas Públicas e Serviço Social, n.º 6, ano 3. 2007, p. 1-19.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez (Coleção Questões da Nossa Época), 2007, v. 132.

SGUISSARDI, V. Future-se um projeto neoliberal de heteronomia das federais e um passo a mais rumo a sua privado-mercantilização. *In:* GIOLO J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. **Future-se** [recurso eletrônico]: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado /; ilustrado por Rafael Leme. - São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020, p. 153-194. Disponível em: <https://nupe.blumenau.ufsc.br/files/2020/09/future-se-ebook.pdf. >Acesso em: 07 fev. 2021.

YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R.; SANT'ANA, R. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. *In*:**Serviço Social & Sociedade**, ano 3, n. 138. São Paulo: Cortez, agosto de 2020, p. 207-213. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020002002007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jan. 2021.